

As coordenadas de um mundo melhor¹: praças e cultura urbana na Idade Média e Renascimento

Rogério Paulo Vieira de Almeida

ISCTE-IUL/Dinâmia-Cet/CIAAM

Rogério Paulo Vieira de Almeida (Lisboa, 1964) trabalha em projectos de arquitectura desde 1988. Professor universitário no EESS (1997-2008), UAL (2000), Univ. do Algarve (2003-2007) e ISCTE-IUL (2009-...). Membro do CIAAM e do Dinâmia-CET (ISCTE). Trabalha desde 1989 em investigação da História da Arquitectura e Urbanismo. Estudos publicados em livros e publicações periódicas em Portugal, Espanha, Alemanha, França, Itália e Bélgica.

Para citação: ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de – As coordenadas de um mundo melhor: praças e cultura urbana na Idade Média e Renascimento. **Estudo Prévio** 5-6. Lisboa: CEACT/UAL – Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2014, p. 100-120. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprivio.net].

Creative Commons, licença CC BY-4.0: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Resumo

Em 1327, uma remota cidade da Toscana, Massa Marittima, punha em marcha duas operações urbanas de grande fôlego: a abertura de uma praça no interior da cidade existente e uma nova zona urbanizada de expansão. A simultaneidade de ambas as operações, a sua coincidência na mesma cidade e com os mesmos promotores, evidencia, também no urbanismo, a diversidade da cultura medieval: a plasticidade do espaço, a fluidez dos alinhamentos das construções e as sequências perspéticas dos pontos de vista na praça, contrastam com a regularidade e a ascética ortogonalidade da retícula na nova expansão. Pareceriam mundos opostos, duas formas diversas de fazer cidade ou dois casos distantes no tempo e no espaço. Para além da constatação do contraste formal e da contemplação das suas características, as transformações de Massa Marítima permitem inserir o fenómeno das praças no âmbito do urbanismo medieval, articulando a natureza das formas urbanas com os processos e interações que lhe estão subjacentes. Na história da arte – e por inerência na da arquitetura e do urbanismo – é comum que considerar-se que determinadas formas têm uma origem e que, depois, se vão alargando a outros locais. E que determinadas obras só são explicáveis pela influência que receberam de outras. O pressuposto é que em determinados locais não existiria a cultura e o conhecimento que permitissem o aparecimento de obras com certas características. Acresce uma outra premissa, a de que a cultura artística de um determinado local ou região seria fortemente monolítica e, por isso, produtora de obras com traços comuns que só poderiam ter alterações face a solicitações fortes: alguém do exterior, uma forte influência externa, um novo poder político e/ou económico capaz de impulsionar novas obras.

Palavras-chave: Praça Medieval, Praça Renascentista, Massa Marítima.

I would like to restore to man of the past, and specially the poor of the past, the gift of theory.(Hobsbawm, 1997: 178-85)

1. Em 1327, uma remota cidade² da Toscana, Massa Marittima, punha em marcha duas operações urbanas de grande fôlego: a abertura de uma praça no interior da cidade existente e uma nova zona urbanizada de expansão. A simultaneidade de ambas as operações, a sua coincidência na mesma cidade e com os mesmos promotores, evidencia, também no urbanismo, a diversidade da cultura medieval: a plasticidade do espaço, a fluidez dos alinhamentos das construções e as sequências perspéticas dos pontos de vista na praça, contrastam com a regularidade e a ascética ortogonalidade da retícula na nova expansão. Pareceriam mundos opostos, duas formas diversas de fazer cidade ou dois casos distantes no tempo e no espaço. Para além da constatação do contraste formal e da contemplação das suas características, as transformações de Massa Marittima permitem inserir o fenómeno das praças no âmbito do urbanismo medieval, articulando a natureza das formas urbanas com os processos e interações que lhe estão subjacentes. Na história da arte – e por inerência na da arquitetura e do urbanismo – é comum que considerar-se que determinadas formas têm uma origem e que, depois, se vão alargando a outros locais. E que determinadas obras só são explicáveis pela influência que receberam de outras. O pressuposto é que em determinados locais não existiria a cultura e o conhecimento que permitissem o aparecimento de obras com certas características. Acresce uma outra premissa, a de que a cultura artística de um determinado local ou região seria fortemente monolítica e, por isso, produtora de obras com traços comuns que só poderiam ter alterações face a solicitações fortes: alguém do exterior, uma forte influência externa, um novo poder político e/ou económico capaz de impulsionar novas obras. No entanto, em Massa Marittima, o que se assiste é a existência de uma cultura urbana capaz de utilizar simultaneamente formas distintas de fazer cidade. E ambas revelando um claro domínio dos meios expressivos e da articulação dos diferentes elementos. Mais ainda, verifica-se que (i) a regularidade e a ortogonalidade nos traçados medievais não era um exclusivo das cidades de fundação em terrenos planos nem a consequência de um poder urbano forte, e que (ii) a irregularidade não era um indício de resistência e/ou atraso (Castelnuovo; Ginzburg, 281-352, sobretudo pp. 305-326) às formas regulares e aos ventos de modernidade que soprariam³ a partir do século XV nem de ausência de uma capacidade transformadora já que, neste caso, a força do governo local e seu impulso de mudança foram muito mais importantes e decisivas na reconfiguração da praça irregular do que na nova extensão regular⁴.

2. A praça é, atualmente, um tipo de espaço que, revestindo-se de múltiplas formas e situações, tem um sentido comum na cultura urbana ocidental. No entanto como evoluiu o conceito subjacente a esse sentido? A ideia de praça que se aceita como comum à cultura urbana ocidental, desde a Antiguidade até à época contemporânea, tem, no entanto, referentes formais e espaciais muito diversos e que levam à interrogação: em que medida se trata de uma estrita alteração tipológica de formas, usos e situações ou corresponde, antes, a uma mudança de conceitos? E como se revelam estas mutações no período da Idade Média e do Renascimento? Paralelamente surge o lugar da praça.



Lugar geográfico na estrutura morfológica da cidade, mas também papel urbano e social, aliás, igualmente mutáveis neste período de mil anos.

No século XX, Pierre Lavedan e Enrico Guidoni propuseram duas definições de praça. O primeiro vai colocar três perguntas que, de 1926 a 1982, são recorrentes nos seus textos⁵: (1) que forma tem a praça, (2) é aberta ou fechada e (3) que volumes/edifícios a definem⁶? É a partir destas que o autor dá uma mais clara enunciação ao escrever que *L'expression la plus parfaite de l'urbanisme classique celui qui, fidèle à Alberti, joint voluptas à commoditas, nous est donné par la série des Places Royales*⁷. Ou seja, a *praça royale* francesa surge como o culminar de um processo evolutivo que Lavedan faz remontar à Grécia antiga e passando, sucessivamente, pela antiguidade romana, pela cidade medieval e pelos ideais clássicos da renascença italiana que seriam levados à prática em França a partir do século XVII⁸. A praça é assim definida como um espaço quadrilátero (quadrado ou retangular), rodeada de edifícios (em três ou quatro lados) com carácter institucional e arquitetura de desenho unitário⁹.

A inegável importância do *corpus* elaborado por Lavedan em torno das formas urbanas e o carácter instaurador da sua abordagem centrada na história da morfologia das cidades¹⁰, revelam, hoje, os limites de uma história do urbanismo com parâmetros convencionais derivados da história da arte¹¹ e de há muito criticados. A forma urbana entendida como um objeto individualizável, resultado de um projeto especificamente desenhado, com forma própria e distinta, com uma unidade e coerência formal derivada tanto da sua configuração quanto do desenho dos edifícios que a definem, revela em certa medida o carácter restrito e datado da abordagem de Lavedan¹².

À distância de algumas décadas Enrico Guidoni enuncia, também, uma definição explícita de praça:

“Storicamente la piazza è definibile come uno spazio di uso pubblico e di significativa qualità architettonica e urbanistica, convergenza (o baricentro) di un determinato territorio urbano. L'unicità della piazza rispetto all'insediamento e al territorio trae la sua origine dalla comunità di villaggio: lo spazio centrale è il luogo sacro alle cerimonie e a tutte le principali attività collettive, di convergenza dei percorsi territoriali, della simbolica centralità della comunità rispetto al mondo” (Guidoni, 1992: 51-52).

Dimensão, centralidade, regularidade formal, qualidade arquitetónica, imagem unitária, presença institucional e lugar privilegiado de acontecimentos cívicos¹³. Mais explícita, na sua enunciação, a formulação conceptual de Guidoni é mais aberta, na sua substância. Na sua base estão a assunção de um novo ponto de vista, uma diferente tradição de estudos históricos e, também, um escopo cronológico diverso. Enquanto Lavedan toma como ponto de partida – e de chegada – a *place royale* francesa dos séculos XVII e XVIII, Guidoni problematiza o fenómeno da praça histórica italiana no seu desenvolvimento ao longo da época medieval e moderna, articulando-a quer com a persistência da antiguidade romana quer com reformulações urbanas do século XIX e XX. Ambas as posições partem de um pressuposto que é o da praça ser (i) o resultado dum mecanismo de planeamento tal como foi praticado e concebido nos séculos XIX e XX e (ii) um objeto encerrado em si mesmo, e, como tal, desligada do processo histórico e temporal de transformação do espaço. Como se conceber, fazer e usar fossem uma só coisa e, na sua passagem temporal pela praça, a deixassem imutável enquanto conceito.

3. Se a releitura do passado à luz de conceitos e práticas contemporâneas é não só inevitável como desejável, o estudo de um fenómeno desse mesmo passado implica, no entanto, uma relação bidirecional. Ou seja, para além do que veio a ser a praça em épocas posteriores e como a entendemos hoje, permanece a pergunta: o que eram as praças naquele tempo? O que eram na prática – como eram as praças existentes –, na cultura corrente do tempo – que ideia ou referente era comum –, e no entendimento mais normativo – como deviam ser para a cultura superior ou dirigente.

4. Uma descrição de Florença¹⁴, escrita no século XV, permite exemplificar e situar este primeiro entrecruzar de questões. Nela dá-se conta da existência, dentro da cidade, de cinquenta praças¹⁵, das quais são nomeadas quarenta. Aí se encontra uma variedade de espaços, formas e situações como as da praça comunal (Piazza della Signoria), dos espaços defronte de igrejas (Santo Spirito, Santa Croce, San Lorenzo) ou de comércio ao ar livre (merchato nuovo, merchato vecchio, piazza degli agli¹⁶), simples cruzamentos (piazza degli Alberti) ou troços de rua em frente a palácios ou casas de notáveis florentinos (Strozzi, Alberti, Rucellai, Pitti). Uma diversidade distante do formalismo que a cultura arquitetónica superior veicularia, através dos tratados, a partir do final do século XV e que a historiografia do urbanismo retomaria e amplificaria. Estar-se-ia, neste caso, em face de um texto panegírico elogiando a “bela Firenze”. Uma espécie de literatura corrente sem aspirações eruditas e assumindo-se como um autoelogio imediato e legível por todos. As cinquenta praças – que, como se viu, iam desde os grandes terreiros com monumentos até simples cruzamentos ou troços indiferenciados de ruas – seriam assim nomeadas por se tratar de uma descrição oriunda de uma cultura corrente e sem a capacidade de articulação conceptual dos grandes vultos da cultura humanista. Visão, no entanto, demasiado simples e redutora. A Florença das inovações quatrocentistas era um local carregado de tensões culturais e sociais onde o feudalismo senhorial, a ascensão da burguesia, poder comunal, aspirações territoriais sobre toda a Toscana, cultura medieval e renovação humanista eram ainda um todo indissociável. É uma figura cimeira da alta cultura que mostra como a realidade social era muito mais entrosada do que a leitura parcial dos tratados de arquitetura e das posteriores simplificações historiográficas. Leon Battista Alberti¹⁷, ao longo da sua vária produção escrita, utiliza a palavra *piazza* para designar um conjunto de espaços e situações muito variáveis na forma e na importância que têm na estrutura urbana. Em vários trechos do Momo¹⁸, uma das suas obras de maior densidade, a *piazza* é referida como um simples espaço de rua e a leitura detalhada do *Re Aedificatoria*¹⁹ mostra que a idealidade arquitetónica da praça surge apenas a espaços e é designada como *foro*. A *piazza*²⁰ surge descrita com características que são as que, comumente, se encontram nas cidades italiana do século XII e XIV. Em Alberti, e no *Re Aedificatoria*, cruzam-se a utopia idealista, o reformismo pragmático e a persistência – mesmo que sistematizada – de usos e costumes tardo-medievais. Daí que os múltiplos pontos de contacto, entre as praças multifacetadas da *Cronica Fiorentina* e as descritas por Alberti, sugiram largas faixas de sobreposição entre a cultura alta e a cultura baixa.

5. Esta multiplicidade de formas e situações e a proximidade entre uma cultura erudita e corrente²¹ pode, ainda, ser cruzada com duas outras questões: a origem da palavra e a continuidade do espaço da praça com as estruturas urbanas da antiguidade e do império romano em particular.

É comum encontrar-se a referência que a “praça deriva do latim *platea*”²². No entanto, a menção é deixada no campo da mera curiosidade etimológica e não são analisadas as relações entre a palavra e os espaços a que se refere, não permitindo ver criticamente a evolução do tipo de espaços a que *platea* ou *piazza* se referiam²³. Na língua latina usada após o fim do império romano do ocidente o vocábulo *platea* não designava praça mas sim uma rua “larga, perpétua e contínua”²⁴. Porque maior, mais longa, mais larga, eventualmente lajeada. Ou seja, uma rua definitiva e articulada na estrutura urbana, fundamentalmente diferente dos becos e travessas sem saída. *Aplatea* era, enquanto rua, um espaço que podia servir de referência pela sua capacidade de permanência. É esta designação que vai, ao longo da idade média, manter-se para designar zonas e espaços de rua que, de alguma forma, serviam de referência. E, ainda no século XV-XVI, o termo *platea magnas* designava, frequentemente, uma rua grande, a que era mais larga que as outras. No latim, quer do final da idade média quer já do Renascimento, é o termo *foro* que é reservado para os espaços que têm como referente um lugar central, de configuração definida, e rodeados de edifícios notáveis – pelo uso, pelo poder, pelas formas. Um processo quase paralelo ocorre nas línguas vulgares. Se em Portugal a vulgar “praça pública” é visto como uma expressão metafórica – na rua, à vista de todos – de tom coloquial e quase popular, a verdade é que a mesma expressão se encontra ao longo da idade média também nos vários dialetos italianos, sobretudo naquele que diretamente deu origem ao italiano, o toscano. *Piazza* vai surgindo ao longo da idade média como uma designação para lugares de uma rua que se querem referir a algo.

É neste sentido que, ao longo da idade média e do Renascimento, se está longe de um universo de significados estáveis ou, conseqüentemente, de um conceito em evolução ou sequer uma tipologia de espaços referenciáveis. No entanto a realidade material da estrutura urbana não deixou de ir configurando espaços que, de alguma forma, se distinguiam da vulgar rua e, naturalmente, formando praças²⁵.

Se de um ponto de vista etimológico é possível traçar um encadear simples do grego *platéia* para a *platea* em latim e daí para as línguas vulgares europeias – *place*, *piazza*, *platze*, *placa*, *plaza*, praça – já ao nível dos significados de cada uma das palavras, e conseqüentemente dos espaços que lhes correspondem, estamos longe de uma equivalência entre os étimos antigos – *platéia*, *platea* – e as que lhe sucederam nas línguas vulgares a partir do final da idade média. Sendo que, aqui, o significado da palavra não é um fim mas antes um meio de perceber a realidade material e espacial dos espaços que são referidos em muitas fontes²⁶.

6. Se ao nível dos conceitos, categorias e significados implícitos nas palavras, a relação entre os referentes antigos e tardo-medievais é complexa, ao nível das estruturas materiais e espaciais não o é menos. É comum tomar-se como origem da praça em geral e das renascentistas e medievais, a *ágora* grega e, sobretudo, o *foro* romano. A questão da continuidade da cultura da antiguidade clássica no Renascimento tem sido

objeto de longos e detalhados estudos, sobretudo no campo da pintura e das suas relações com as fontes literárias antigas²⁷. Bastante mais omissa tem sido, no entanto, a abordagem analítica sobre a continuidade das estruturas materiais, morfológicas e espaciais das cidades ao longo de toda a Idade Média. Neste breve espaço cabe apenas chamar a atenção para alguns factos que poderão ajudar a precisar e a delimitar os termos em que este problema se coloca.

Os casos existentes em que se verifica uma real e concreta continuidade entre os foros romanos e as praças medievais e renascentistas são relativamente escassos. Basta evocar a cidade de Roma para se perceber quão profundas foram as alterações sofridas pelas estruturas urbanas antigas. O que atualmente resta está vários metros abaixo do nível das ruas medievais que constituem a base da cidade ainda hoje existente. Aliás um olhar atento à planta de Bufallini (1551) revela que apenas as poderosas estruturas construídas subsistem – como o Coliseu e as várias termas imperiais – e que, da zona dos antigos fóruns, quase nada se encontraria visível à exceção da coluna de Trajano. Nuns por sobreposição – Florença, Lucca, Roma, Lisboa – , noutros por abandono e crescimento à margem – Fiesole, Volterra – , a maioria dos casos mostra que os espaços urbanos da antiguidade romana não teve continuidade na Idade Média. Como ver então os casos da Piazza Navona, do mercato vecchio de Florença ou da praça-anfiteatro de Lucca? Da mesma forma que a subsistência dos grandes conjuntos de termas imperiais em Roma ou em Trier. É precisamente a presença material, a dimensão, a qualidade e a solidez construtiva de alguns conjuntos construídos que fez com que perdurassem no tempo e que os espaços urbanos a eles afetados permanecessem com traços da sua antiga forma, mesmo que com altos índices de reutilização. Ao invés um fórum era definido e delimitado por construções que “facilmente” podiam ser demolidas no contexto do colapso do império romano e das sucessivas invasões dos séculos IV-V e seguintes. Paredes com elegantes colunatas e estátuas cobertas por estruturas de madeira e telha desapareceram depois das vandalizações e até o simples abandono abriu caminho a que a vegetação, ao longo dos anos, se encarregasse de apagar os traços materiais; e os templos apesar da sua imponência, eram também eles de destruição possível²⁸. Situação bem diferente era tentar demolir um anfiteatro ou termas mesmo que apenas de média dimensão: abóbadas, cúpulas e revestimentos foram cedendo e ruindo ao longo dos séculos mas as estruturas resistentes das paredes foram virtualmente indestrutíveis até à era industrial²⁹. É assim, por inerência, que muitos espaços urbanos medievais se formaram a partir destas construções e não por permanência pura e simples dos espaços enquanto tais. A esta força e resistência de algumas construções contrapunha-se fragilidade material dos fóruns. Num número limitado de casos apenas a ação combinada da permanência das populações, da persistência do comércio e, sobretudo, a manutenção da estrutura viária exterior fez com que os fóruns, mantendo-se no interior da cidade, continuem a corresponder a um cruzamento de estradas exteriores e, consequentemente se mantenham como espaços urbanos livres no interior de algumas cidades. A Piazza della Signoria em Florença é um caso paradigmático de estruturas materiais que permitiram a abertura da praça e não a persistência de um espaço vazio. O local foi ocupado por termas desde os tempos romanos, tendo permanecido nos séculos posteriores à queda do Império³⁰, entrando em desuso, mas mantendo-se com uma utilização permanente até ao século XII. É o facto de o espaço ter permanecido ocupado por edifícios de carácter público, ou seja, não vinculados a uma posse privada, que vai permitir a sua posterior transformação em praça através da demolição dos edifícios nos séculos XIII-XIV.

7. Quando hoje a praça é tomada como objeto de estudo, parte-se de um referente: um espaço urbano identificável pela sua posição, pela sua unidade, pela qualidade dos edifícios e pela sua importância na cidade. Centralidade, forma, arquitetura e poder. De alguma forma, os elementos que se encontram nesse mundo perdido que é o da antiguidade clássica e que reaparecem, já às portas da época contemporânea e em plenitude, nas praças reais de Espanha e França, coincidindo por entre outros factos, com a construção do Estado Moderno central. Para além dos exemplos da Antiguidade, contempláveis nas ruínas ou em reconstituições desenhadas, é na segunda metade da Idade Média que se encontram as primeiras praças que, correspondendo ao sentido unitário acima descrito, chegaram até hoje. Por entre a diversidade de processos de formação e de configurações, interessa, aqui, evidenciar dois fenómenos: a praça comunal³¹ italiana e a praça nas cidades de fundação. As primeiras pela diversidade dos respetivos processos de formação, pela riqueza espacial e pela complexidade e sofisticação que os diversos meios de articulação atingem. As segundas pela clareza da relação entre a praça e a estrutura urbana, pela evidência de uma cultura de desenho urbano medieval baseada na elementaridade de processos que não só serve de base em muitos territórios da Europa central e ocidental como acaba por informar, em grande parte, as formas urbanas do Renascimento.

8. A praça comunal italiana não pode ser vista como um fenómeno unitário. A Itália, enquanto estado e entidade política, não existiu durante mil e quinhentos anos – desde o fim do Império Romano no século V até à unificação em meados do século XIX – e a diversidade de poderes que interagiam nas cidades resultou num entrecruzar complexo de interesses, razões, processos e formas urbanas³². Mais o que qualquer tentativa de enunciar tipologias ou sistemas de classificação, deve-se em primeiro lugar enunciar um denominador comum aos casos que se apresentam: a sua profunda artisticidade. O grau de elaboração, os recursos compositivos e as estratégias visuais aproximam, em vários casos, a configuração das praças da plasticidade da escultura e da pintura. Esta convergência, se não era uma regra dominante, não deixa de ser significativa. Pela importância que tiveram e pela forma como permitem entrever a cultura das formas urbanas medievais sob novos pontos de vista. De facto, deixando de lado a conceção da praça com forma orgânico-espontânea, ideia/hipótese já de há muito superada e criticada, alguns casos evidenciam como a cultura figurativa do tempo era um meio de articular a transformação dos espaços urbanos com os eventos históricos, o abandono do antigo e as técnicas de traçado urbano através da utilização de um conjunto de meios expressivos: a regularidade, a sequência de espaços, a polarização, a perspetiva e, sobretudo, o primado da visualidade. Para além de Massa Marittima, casos como San Gimignano e sobretudo Siena evidenciam a convergência entre formas urbanas e pictóricas. Nesta, uma forma regular – mesmo que não ortogonal – dá corpo a um projeto integral de espaço urbano de nítidas conotações com a iconografia religiosa do tempo. De facto, se a cruz latina se tornou após os séculos XV-XVI numa forma privilegiada da iconografia cristã, a figura de Cristo em majestade era, na iconografia medieval, um tema tão recorrente quanto a cruz³³. O que hoje pode parecer um arrojo interpretativo parece bem mais natural quando posto lado a lado com as formas da pintura medieval³⁴.

Em Peruggiae Volterra, ainda no final do período medieval, apresentam-se duas formas de praça diferentes. Na primeira uma longa e larga via nasce a partir de uma espécie de rua-mercado³⁵, que nos dois extremos se alarga em dois espaços de desenho triangular e retangular. Em Volterra a abertura da praça é parte de uma reformulação urbana mais vasta que visou tornar o poder comunal como o centro visivo da cidade, dando origem a um espaço retangular, com o palácio e a torre a encerrarem toda a cabeceira da catedral existente e os restantes edifícios da praça a caracterizarem-se pela uniformidade da arquitetura.

9. As cidades de fundação medieval transcendem, em muito, o universo das *bastides* francesas. A república de Florença, os duques de Zähringen são alguns dos casos mais conhecidos de um fenómeno comum na Europa medieval e que se caracterizava pela criação de novas povoações como forma de povoar território, administrá-lo, incrementar o comércio e definir fronteiras ou zonas de domínio territorial³⁶.

Situadas em contextos cronológicos e geográficos diferentes, diversas são as praças que nelas surgem. A sua caracterização, nestas cidades, parece uma questão de simples classificação tipológica: rua-mercado (sem praça)³⁷, praça central, praça à margem do centro, praça fechada e mais uma ou outra variante possível de induzir pela sua configuração geométrica – retangulares, quadradas... – ou pela existência de edifícios “públicos” – mercado, igreja, casa de câmara. Esta enunciação de categorias possíveis tem associada uma, também elementar, descrição deste tipo de cidades: ruas longas e travessas curtas dispostos em retícula, limites tendencialmente retangulares definidos por cercas – paliçadas iniciais e posteriores muralhas –, quatro portas principais a coincidirem com as estradas exteriores e a prolongarem-se para o interior da cidade definindo os seus dois principais eixos. Um todo perfeitamente definido na sua estrutura e configuração, nas suas partes constituintes e nas relações entre elas, com o todo e com o território. Aceitando este modelo como uma realidade estável é fácil estabelecer uma espécie de tipologia(s) dominante(s) para estas praças.

No entanto as cidades de fundação têm uma diversidade de formas e circunstâncias que está muito para além do modelo antes enunciado. Em vários casos, o assentamento inicial foi apenas uma rua e as respetivas casas. Nestes burgos, a praça é quase sempre marginal ou mais tardia. A função de espaço público comum alargado era assegurada pelo adro da igreja, por um terreiro exterior ou, ainda, por algum alargamento no interior de alguma das entradas destes burgos. É com a sua extensão, novas muralhas e com a implantação de ordens mendicantes que a praça, posteriormente, surge nestas cidades. A posse e aquisição de propriedades permitia que algum dos poderes locais promovesse a abertura ou ampliação do espaço público sob a forma de praças. É neste contexto que surgem diferentes soluções para as praças: configurações em trapézio, edifícios a eixo ou aconchegados em cantos favorecendo a visão de esquina.

10. Já nos alvares do Renascimento encontram-se as povoações que, para os séculos XV e XVI, se podem designar por centros menores. Distantes, no tempo, das cidades de fundação medievais, com elas mantêm claros pontos de contacto: a dimensão

reduzida, a utilização de traçados com claras coincidências – a retícula, limites definidos – e o afastamento das grandes cidades. O estudo destes pequenos centros urbanos, frequentemente desprovidos da categoria de cidade ou de município, tem-se revelado de importância crucial³⁸ para a história das cidades. Para além de outras é possível evidenciar três ordens de razões. Em primeiro porque se tratam de pequenas cidades distantes das principais cidades-capitais o que acaba por revelar de forma particularmente explícita um algumas conjunto de especificidades: (i) as intervenções urbanas mostram uma persistência de modelos medievais que se articulam e adequam às mudanças em curso no Renascimento, a pequena dimensão levou a que a escala de intervenção fosse a de toda a cidade, desde a abertura de novos traçados, reformulações de construções, abertura de praça e construção de edifícios³⁹.

Depois porque foi nestes pequenos centros que algumas reformulações urbanas se articulam com a cidade ideal tão clara à cultura humanista. Com efeito na Itália humanista não é nas grandes capitais – as “babilónicas” e atribuladas Florença, Roma ou Milão – que a utopia social e urbana da cidade ideal se podia concretizar. Pelo contrário, é precisamente nos pequenos centros distantes e isolados que se assiste às tentativas de construir um mundo urbano novo. Nuns casos por iniciativa de poderes relativamente estabelecidos – como em Pienza e Urbino –, noutros despoletados por senhores locais, antigos ou novos *condottieri* – Urbina, Giulianova, Carpi, Guastalla, Corregio –, estes centros revelam a forma como a nova cultura se articulava com a prática e modelos urbanos medievais. A idealidade humanista é aqui posta em marcha através do recurso a formas e modelos típicos do urbanismo medieval: rua estreita, travessas, lotes profundos, quarteirões longilíneos. Nalguns casos apenas a uniformidade da arquitetura – as arcadas e/ou o desenho repetitivo das fachadas de algumas praças – parece trazer para primeiro plano o classicismo e atenuar os traços das estruturas medievais que presidiram a várias destas operações urbanas.

Finalmente aqui se podem assistir a algumas das operações relâmpago de abertura e sistematização de praças. Concretizadas em espaços de tempo relativamente curtos – em alguns casos pouco mais de uma década desde o início da compra de terrenos até à construção dos edifícios –, permitem entrever de que forma a vontade de afirmação dos senhores locais se cruzava com uma cultura arquitetónica em renovação e com a tradição medieval. É a vontade e a possibilidade de operar rápidas transformações que leva à utilização de formas urbanas medievais, enquanto à arquitetura de feição classicista é deixado o papel de renovar a imagem em edifícios pontuais ou em troços urbanos selecionados, como as praças.

11.

To the centre of the city where all roads meet

*Waiting for you*⁴⁰.

A abertura de praças nas cidades europeias ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII é vista como o triunfo de uma cultura dominante. Uma feliz aliança entre formas arquitetónicas dominadas pelo classicismo, teorias urbanas difundidas pelos tratados e a centralização progressiva do estado. Assim as praças recortam-se com formas

regulares a partir de espaços ainda informes, a uniformidade da arquitetura – com as ordens arquitetónicas e arcadas – sublinha essa unicidade, a sua localização redefine o centro da cidade e aí se vão localizar com frequência os edifícios institucionais – casas de câmara, palácio senhorial, igreja. É esta convergência entre tendências e fenómenos políticos, por um lado, e cultura urbano-arquitetónica, por outro, que explica e se torna evidente em realizações como as *places royales* francesas, as *plazas mayores* de Espanha. É neste âmbito que se invoca a crescente importância destes espaços nas cidades pela sua capacidade de representação de determinados poderes dominante – o papado em Roma, o império espanhol, a monarquia absoluta em França. Se a relevância destes três casos é inegável, eles não podem deixar de ser, no entanto, relativizados no contexto europeu.

A afirmação política do papado, em Roma e, depois, na península itálica, é o culminar de um longo processo de construção e conflitos cujas origens remontam aos tempos imediatos à queda do Império Romano do Ocidente e que atravessa todo período medieval. A reordenação da zona urbana entre São Pedro e o Tibre em meados do século XV, a abertura da Via Giulia⁴¹, a Piazza del Campidoglio são alguns dos momentos que marcam a política urbana em Roma e que teriam uma tradução mais clara no chamado plano de Sixto V e na abertura da praça de São Pedro.

O absolutismo de Luís XIV acaba por ser um fenómeno restrito nascido em grande parte de um conflito entre a nobreza e a coroa e que culminariam no movimento da Fronda e na rebelião de Paris. Uma frente onde se juntaram a igreja, o parlamento, a alta nobreza, a burguesia e população parisiense. A retoma de Paris e a vitória das forças reais dificilmente teriam outra consequência que não fosse o acentuar do poder real naquilo que ficou conhecido como absolutismo e cuja expressão, noutros estados, ficou muito distante da que teve em França. O modelo de Versalhes, palácio em forma de “U” aberto à natureza e com o espaço convexo a ser o ponto de convergência de todos os caminhos do reino, acaba por ser uma referência formal para muitas praças reais em França, uma representação do poder real, do rei e da sua onipresença.

Em Espanha, a união dos reinos de Castela e Aragão, em 1479, dá início à formação de um império europeu e que poucas décadas depois, com o reinado de Carlos V, atingiria uma dimensão mundial. As *plazas mayores* são uma expressão desse poder imperial, diferentes porque diferente era também o poder que representavam e que as concretizava. Se na Espanha continental o modelo só emergiria na clareza com a Plaza Mayor de Madrid no início do século XVI, a Lei das Índias de 1573 definia já com clareza o que seria esta forma características de praças, largamente usada nas colónias espanholas como em Espanha – uma praça quadrada, fechada às ruas, totalmente rodeada por uma fachada contínua, sem interrupções e com expressão formal uniforme.

Se as praças francesas e espanholas apresentam, uma relação mais linear com o poder central que lhes dá origem, já as italianas denotam uma maior variedade de formas e pressupostos.

12. Um breve retorno a Florença e aos primeiros anos do Renascimento permitem evidenciar como o urbanismo europeu do período pós-medieval e o fenómeno urbano

das praças em particular têm origens que estão longe de se poderem restringir à cultura das classes superiores das elites urbanas.

O terreiro de Santa Croce, formado no arrabalde de Florença durante os séculos XIII-XIV pela construção da igreja e convento franciscanos, deve a sua forma regular e excepcional dimensão ao facto de ser exterior à cidade de então. Ou seja, bem longe de qualquer iniciativa ligada ao poder absoluto. Mais ainda, é a sua capacidade de se manter como lugar de sociabilidade e encontro⁴² – pelo comércio, pela religião e pelas atividades lúdicas⁴³ – que fixa definitivamente a sua forma quando a cidade cresce e envolve o espaço. Duas igrejas da autoria de Brunelleschi, Santo Spirito e San Lorenzo, em lados opostos do rio Arno, propiciam no século XV duas soluções urbanas diferentes. Na primeira estabelece-se uma relação de quase frontalidade entre a igreja e a praça aproximadamente retangular. Na praça a regularidade do espaço urbano antecede, de quase dois séculos⁴⁴, o classicismo arquitetónico da luminosa e derradeira obra de Brunelleschi. Esta antecede de quase dois séculos a igreja que regulariza e retifica algumas ruas e quarteirões medievais. San Lorenzo, por seu lado, envolta num dédalo de ruas medievais, liberta a sua lateral e frente para uma *piazza* de forma composta onde a basílica ocupa o canto e esquina. Também no século XV a Piazza della Santissima Annunziata, um antigo terreiro fronteiro a uma igreja fundada no século XIII exterior às muralhas da cidade do século XIII, iniciava um ciclo de transformações decisivas. Após dois séculos de obras e ampliações da igreja primitiva no topo norte, é lançada a obra do Spedale degli Inocenti sob a direção de Brunelleschi. A sua arcaria voltada à praça exhibe os elementos que se tornariam característicos do experimentalismo brunelleschi'ano: a separação visual dos elementos estruturais, o módulo quadrado com os arcos de volta inteira e a estrita delimitação das formas decorativas. As duas intervenções posteriores – a basílica (por Michelozzo⁴⁵) a partir 1444 e a Loggia dei Servi di Maria (de Antonio da Sangallo e Baccio d'Agnolo) em 1513 – consolidariam o primado do espaço urbano sobre os edifícios, no que foi chamado de “princípio do segundo homem”⁴⁶ em que quem vem depois (neste caso Michelozzo e Antonio da Sangallo e Baccio d'Agnolo) prolonga e completa a obra feita antes e que estabeleceu a matriz do espaço urbano. Um processo retomado por Michelangelo na Piazza del Campidoglio em Roma a partir de 1536. Ainda em Florença o sistema de praças e de eixos que a partir de 1400 se vai construindo mostra como as grandes operações barrocas da Roma papal tem antecedentes que nos distanciam da visão do poder absoluto como único capaz deste tipo de operações. Mesmo que originada numa iniciativa de Pio II⁴⁷, o caso de Pienza torna-se paradigmático de como num pequeno burgo se cruzam a cultura urbana medieval e as formas do classicismo arquitetónico já em plena afirmação. O arquiteto, Bernardo Rossellino, atua dentro da lógica dos traçados medievais, aceitando as retículas longas, introduzindo retificações e desenhando uma praça lateralmente à rua principal. Aproveitando a natureza irregular e a curvatura da via, a praça tem uma forma em trapézio que acentua expressivamente a inflexão da via, ao mesmo tempo que afirma a simetria do espaço e se amplia para o Duomo numa articulação de perspetivas que tinha, por sua vez, antecedentes noutros casos anteriores da Toscana (Massa Marittima, Lucca, Siena). Curiosamente foi também Rossellino quem primeiro trabalhou na sistematização da colina capitolina que, oito décadas depois, Michelangelo retomaria com a Piazza del Campidoglio, também ela trapezoidal, adotando o mesmo princípio organizativo de Pienza: articulação das construções novas e das pré-existentes segundo intentos claramente perspéticos.

13.

*And we're changing our ways, taking different roads*⁴⁸

A convergência acima referida entre poderes centrais, cultura arquitetónica e a abertura de novas praças depois do século XVI deve ser matizada. O facto de os séculos terem tornado muitos destes espaços em lugares centrais não implica que apriori eles sejam a expressão arquitetónica de um estado ou poder central. De uma certa forma os casos aqui mencionados anteriores ao século XV evidenciam a existência de uma cultura urbana alicerçada em universos formais tão claros como depois foram os do Renascimento. E por outro lado, situando-se num tempo anterior ao da difusão do conhecimento através do livro, apontam também para uma larga convivência desse universo com uma cultura corrente.

Um novo recurso à figura de Alberti permite equacionar e aclarar alguns pontos. As referências às praças em vários dos seus textos apontam para uma relação complexa entre a cultura das elites e aquela corrente que dominava as cidades e os territórios europeus no século XV. E, de novo, não se trata de uma mera questão de palavras e da evolução do seu significado. No *Re Aedificatoria* apontam-se explicitamente formas urbanas destinadas às cidades-colónias:

“Quando si giunge in una città, se questa è famosa e potente esigerà strade diritte e molto ampie, confacenti al suo decoro e alla sua dignità. Se invece è una colonia o una semplice piazzaforte, le vie di ingresso più sicure non sono quelle che conducono diritto alla porta, bensì quelle che svoltano a destra o a sinistra lungo le mura, meglio ancora se passando proprio sotto la merlature e all'interno della città non dovranno passare in linea retta, ma piegare con ampie curve, come anse di fiume, più volte da una parte e dall'altra. Ciò perché, in primo luogo, aparendo più lunga la strada, si avrà l'impressione che la città sia più grande; inoltre perché il fatto è di grande giovamento sia alla bellezza sia alla pratica convenienza, sia alle necessità di determinati momenti. È infatti cosa di non poco conto che chi vi cammini venga scoprendo a mano a mano, quasi ad ogni passo, nuove prospettive di edifici; che l'ingresso e la facciata d'ogni abitazione si affaccino direttamente in mezzo alla strada; e che la stessa ampiezza sia qui giovevole, mentre altrove un eccessivo allargamento riesce spiacevole e malsano” (Alberti, 1989: 161).

A figura de proa da alta cultura humanista a advogar o uso de ruas sinuosas é por demais explícita sobre a persistência de uma cultura medieval seguramente com fundos remotos e longínquos. E evidencia a forma como a elite social e cultural conhecia, dominava e utilizava os instrumentos de atuação medievais no campo da arquitetura como no jurídico⁴⁹ ou outro. É com este estrato profundo que as propostas do humanismo e as inovações do classicismo vão interagir, num processo onde se cruzam a conservação das estruturas medievais com a sua reforma e a utopia⁵⁰.

14.

Ma un mugnaio⁵¹ come Menocchio, che cosa sapeva di quest'intrinco di contraddizioni politiche, sociali, economiche? (Ginzburg, 1976: 20)

Este cruzamento torna visível uma questão hoje já mais clara do que há algumas décadas: “o das raízes populares de grande parte da alta cultura europeia, medieval e pós-medieval”⁵². O pressuposto é o de que as analogias entre determinadas formas culturais populares e das elites não se deve a uma simples influência da alta cultura sobre a generalidade da população, mas antes a uma complexa e verdadeira interação⁵³. É só a posterior evolução das sociedades europeias com (i) a afirmação do estado central, (ii) a clara distinção entre a cultura das classes dominantes e a cultura rural e artesanal e (iii) com uma doutrinação cada vez de sentido único da população em geral, que faz que se tenha construído, a partir dos séculos XVII-XVIII, uma visão de uma sociedade em que as ideias são domínio exclusivo dos estratos mais elevados e a partir daí se difundem para os grupos subalternos⁵⁴. O que estaria longe de corresponder à realidade do mundo medieval e dos séculos XV-XVI⁵⁵.

15.

Is it something so good, just can't function no more⁵⁶

O excuro atrás feito e os casos referidos parecem apontar para a existência de convergências e divergências múltiplas na evolução do fenómeno das praças. A convergência acima referida entre poderes centrais, cultura arquitetónica e a abertura de praças sendo um fator explicativo de alguns casos limite de praças nos séculos XVII e XVIII, é antecedida e acompanhada de uma interpenetração entre níveis culturais diversos. A praça enquanto referente estava presente na cultura corrente durante a idade média⁵⁷. Casos tão diferentes como os de Massa Marítima, Siena, ou as bastides não são explicáveis por uma cultura de elite que deambulava por locais tão diversos. E a diversidade das cidades de fundação mostra como a raiz formal das mesmas poderá estar tão próxima de uma cultura quase popular quanto de uma elite letrada e esclarecida. O espaço das praças evolui ao longo dos séculos XV-XVII passando de espaços de sociabilidade comum aos vários estratos sociais e abertos às múltiplas funções para espaços de representação mais restritos, onde a população comparece e presencia acontecimentos cada vez mais institucionalizados⁵⁸: desfiles, cerimoniais vários crescentemente codificados e a própria natureza comercial que se vai alterando e especializando. É desta forma que, mais do que a criação, a transformação destes espaços se vai fazendo de um entrecruzar complexo de razões onde poderes, crenças, usos e costumes, heranças materiais e cultura arquitetónica se revelam de formas diversas. É neste quadro que a relação entre a especificidade do microcosmos de cada caso e as estruturas gerais em que se compartimentou a história da arquitetura e das cidades pode ser paradigmática e reveladora de pontos de vista ainda pouco explorados.

Bibliografia

- ALBERTI, Leon Battista – L'architettura [De re aedificatoria]. Trad. a cura di G. Orlandi. Milano: Il Polifilo, 1989.
- BACON, Edmund – Design of Cities. New York: Penguin, 1976 (1ª ed. 1967).
- BOCCHI, Francesca (1997) – Lo specchio della città. In Lo specchio della città: Le piazze nella storia dell'Emilia Romagna. A cura Francesca Bocchi. Bologna: L'inchiostroblu, 1997.
- BRUTTINI, Jacopo – Enclavi urbane a Firenze: il caso della famiglia Uberti. Annali di Storia di Firenze. n. VI, 2011.
- CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo Ginzburg – Centro e periferia. In Storia dell'arte italiana. Vol. 1, Questioni e metodi. Torino: Einaudi, s.d. (edição portuguesa C. Ginzburg – A Micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991).
- CLEARLY, Richard Clearly – The Place Royale and Urban Design in the Ancien Régime. Cambridge, 1999.
- Descrizioni e rappresentazioni della città di Firenze nel XV secolo. Firenze: Libreria Fiorentina, 1976.
- DIVORNE, Françoise – Berne et les villes fondées par les ducs de Zähringen au XIIe siècle. Bruxelles: AAM, 1991.
- DIVORNE, Françoise; GENDRE, Bernard; LAVERGNE, Bruno Lavergne; PANERAI, Philippe – Les bastides d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béarn: essai sur la régularité. Bruxelles: AAM, 1985.
- ELIA, Mario Manieri – Città e lavoro intellettuale dal IX al XVIII secolo. In Storia dell'arte italiana. Vol. 1, Questioni e metodi. Torino: Einaudi, 1979.
- EPISCOPI, Isidori Hispalensis – Etymologiarum sive originum libri XX. Ed. W. M. Lindsay. Oxford: Clarendon Press, 1911.
- FRIEDMAN, David – Florentine New Towns: Urban Design in the Late Middle Ages. New York: MIT, 1988.
- FRIEDMAN, David – Le terre nuove fiorentine. In Archeologia Medievale. Cultura Materiale, Insidiamenti, Territorio. n° 1, 1974, pp. 231-247.
- FROMMEL, Christoph Luitpold – Alberti e la porta trionfale di Castel Nuovo a Napoli. In Annali di architettura. Rivista del Centro internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio. n. 20. Vicenza: CISA, 2008.
- GADY, Alexandre (2008) – La place royale existe-telle? Réflexions sur les places royales en France sous Louis XIV. In Praças reais. Passado, presente e futuro. Lisboa: Horizonte, 2008.

GINZBURG, Carlo – Da A. Warburg a E.H. Gombrich. Note su un problema di metodo. In *Miti Emblemi Spie. Morfologia e storia*. Torino: Einaudi, 1986 (1ª ed. 1966).

GINZBURG, Carlo – *Il formaggio e i vermi*. Torino: Einaudi, 1976.

GUIDONI, Enrico – *Arte e urbanistica in Toscana. 1000-1315*. Roma: Bulzoni, 1970 (reed. 1988).

GUIDONI, Enrico – *Emilia Romagna: l'industria dei centri signorili (sec. XIV-XV)*. In *L'arte di progettare la città. Italia e Mediterraneo dal medioevo al settecento*. Roma: Kappa, 1992.

GUIDONI, Enrico – *Gli spazi, i monumenti, i materiali: storia e interpretazione*. In *La piazza storica italiana. Analisi di un sistema complesso*. A cura di Laura Barbiani. Venezia: Marsilio, 1992.

GUIDONI, Enrico – *L'urbanistica dei centri signorili*. In *Le sedi della cultura nell'Emilia Romagna. L'epoca delle signore. Le corti*, 1980.

GUIDONI, Enrico – *Storia dell'urbanistica: Il Medioevo. Secoli VI-XII*. Roma-Bari: Laterza, 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. – *British history and the Annales: A Note*. In *On history*. New York: The New Press, 1978.

KANTOROWICZ, Ernst H. – *La sovranità dell'artista*. In *Mito e immagine tra Medioevo e Rinascimento*. Venezia: Marsilio, 1995 (1ª ed. 1961).

L'ambizione di essere città. Piccoli, grandi centri nell'Italia rinascimentale. A cura di Elena Svalduz. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 2004.

LAVEDAN, Pierre – *Histoire de l'urbanisme. Antiquité – Moyen âge*. Paris: Henri Laurens, 1926 (2ª ed. 1966).

LAVEDAN, Pierre – *L'urbanisme au moyen âge*. Genève: Droz, 1974.

LAVEDAN, Pierre – *Qu'est-ce que l'urbanisme?* Paris: Henri Laurens, 1926. (edição revista e ampliada, de P. Lavedan – *L'urbanisme à l'époque moderne XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1982).

LAZARD, Sylviane – *Grecismi dell'esarcato di Ravenna*. In *Studi Romagnoli*, vol. XXXI, 1980.

Momo o del principe. Ed. di Rino Consolo. Genoa: Costa & Nolan, 1986.

Momus. Ed. Francesco Furlan e Paolo D'Alessandro. Milano: Mondadori, 2007.

PINI, Antonio Ivan (1992-93) – *Le piazze medievali di Bologna*. In *Annali di Architettura*. N. 4-5, 1992-93.

Pseudo BRUNETTO LATINI [sec. XIII] – “Cronica fiorentina compilata nel secolo XIII”. In Testi fiorentini del Dugento e dei primi del Trecento. A cura di Alfredo Schiaffini. Firenze: Sansoni, 1954.

SALERNO; Luigi; SPEZZAFERRO, Luigi; TAFURI, Manfredo – Via Giulia: una utopia urbanistica del 500. Roma: Staderini, 1973.

Storia d'Italia. Vol 1: I caratteri originali. Torino: Einaudi, 1972.

Storia d'Italia. Annali Vol. 1: Dal feudalesimo al capitalismo. Torino: Einaudi, 1978.

Storia d'Italia. Annali Vol. 8: Insediamenti e territorio. Torino: Einaudi, 1985.

Storia dell'arte italiana, vol. VIII, Inchieste su centri minori. Torino: Einaudi, 1980. TENENTI, Alberto Tenenti – L'Italia del Quattrocento. Economia e società. Roma-Bari: Laterza, 1996. TAFURI, Manfredo Tafuri – Sobre el renascimento: princípios, ciudades, arquitectos. Madrid: Cátedra, 1995 (1ª ed. italiana 1992).

VILLANI, Giovanni – Nuova Cronica. A cura di Giovanni Porta. 3 voll. Parma: Fondazione Pietro Bembo, Ugo Guanda, 1991 (ed. orig. 1823).

WHATMOUGH, Joshua Whatmough – Scholia in Isidori etymologias Vallicelliana. In ALMA: Archivum latinitatis medii aevi, Bulletin du Cange, Vol. II, 1925.

ZORZI, Andrea – La trasformazione di un quadro politico. Ricerche su politica e giustizia a Firenze dal comune allo Stato territoriale. Firenze: Firenze University Press, 2008.

¹ O que faremos do Rio/Quando, enriquecendo/Passarmos a dar/As cartas/As coordenadas/De um mundo melhor”, Caetano Veloso (2009) – Falso Leblon. In idem *Zii e Zie*. Rio de Janeiro: Universal, (sublinhado meu).

² Remota não tanto pela distância de Portugal mas, sobretudo, devido à sua situação relativamente aos principais centros de influência de então na Toscana, as repúblicas de Pisa, Siena e Florença.

³ “lo spirito che soffia dove vuole” (o espírito que sopra onde quer), Enrico Castelnuovo, Carlo Ginzburg – “Centro e periferia”, op. cit., p.286.

⁴ Basta pensar que a nova catedral substitui a anterior e tem uma implantação norte-sul num tempo em que era ainda uma quase obrigatoriedade a implantação leste-oeste e que um número importante de casas foram demolidas para a abertura da nova praça.

⁵ Desde o seu primeiro livro, Pierre Lavedan (1926) – *Qu'est-ce que l'urbanisme?*. Paris: Henri Laurens, até à edição, quase póstuma, revista e ampliada, de P. Lavedan (1982) – *L'urbanisme à l'époque moderne XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Arts et Métiers Graphiques.

⁶ É na primeira edição de P. Lavedan (1926) – *Histoire de l'urbanisme. Antiquité – Moyen âge*. Paris: Henri Laurens, (2ª ed. 1966), pp. 222, que surge, pela primeira vez, esta enunciação como base para a caracterização das praças.

⁷ P. Lavedan (1982) – *L'urbanisme à l'époque moderne XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, p. ...). Para uma discussão da construção historiográfica operada por Lavedan em torno das praças francesas, ver Alexandre Gady (2008) – “La place royale existe-telle? Réflexions sur les places royales en France sous Louis XIV”. In *Praças reais. Passado, presente e futuro*. Lisboa: Horizonte, pp. 95-104, e Richard Clearly (1999) – *The Place Royale and Urban Design in the Ancien Régime*. Cambridge.

⁸ A confirmar este *terminus* evolutivo está o facto do volume por si dedicado à cidade contemporânea praticamente não abordar o tema da praça; Pierre Lavedan (1952) – *Histoire de l'urbanisme. Époque contemporaine*. Paris: H. Laurens.

⁹ Para além destas, outras características surgem implícitas. Retórica nacionalista – a praça como criação francesa-, remontagem linear do passado – tratar como projeto único situações que na realidade resultaram de intervenções e iniciativas distantes no tempo -, conceção teleológica da história – a *place royale* como culminar e fim último de um processo histórico – e uma história do urbanismo feita, ainda com critérios avaliativos derivados da história da arte – a necessidade da justificação dos carateres originais da *place royale* francesa -, são alguns dos elementos cuja superação tem sido apontada como necessária pela recente historiografia urbana, sobretudo francesa e italiana, apesar do carácter referencial e reverencial que a obra de Lavedan ainda hoje tem.

¹⁰ Ver as páginas introdutórias de P. Lavedan (1982) – *L'urbanisme à l'époque moderne XVe-XVIIIe siècle*, op. cit.

¹¹ Por ex. vejam-se a necessidade de justificar os carateres originais da *place royale* francesa.

¹² Ver Mario Manieri Elia (1979) – *Città e lavoro intellettuale dal IX al XVIII secolo*. In *Storia dell'arte italiana. Vol. 1, Questioni e metodi*. Torini: Einaudi, p. 353-417, onde de forma algo irónica, o autor fala da “crise da vontade da forma” e aponta o século XVII como o momento onde acaba a história da cidade italiana no âmbito da história da arte, p. 412-413.

¹³ Vd. E. Guidoni (1992), ibidem, pp. 51-76. Este autor tem a sua primeira abordagem à questão em E. Guidoni (1970) – *Arte e urbanistica in Toscana. 1000-1315*. Roma: Bulzoni (reed. 1988); aí o autor desenvolve a sua, talvez, mais importante abordagem à *piazza storica* italiana e à morfologia urbana através do confronto entre modelos e procedimentos projectuais – arquitetónicos, urbanos e artísticos -, dados factuais e práticas culturais coevas. Aí inaugurou uma linha de estudos com resultados publicados na revista *Storia della Città*, e que esteve na base de levantamentos sistemáticos da *piazza storica*, com o objetivo de formar um *corpus* – regional primeiro e depois nacional, – da mesma. A importância da pioneira abordagem de Guidoni em 1970 é avaliável, também, numa sequência de dois estudos, que retomam e ampliam os seus esquemas interpretativos, de David Friedman (1974) – *Le terre nuove fiorentine*. “Archeologia Medievale. Cultura Materiale, Insidiamenti, Territorio”, nº 1, pp. 231-247, e *idem* (1988) – *Florentine New Towns: Urban Design in the Late Middle Ages*. New York: MIT. O último tornou-se num dos estudos mais referidos fora de Itália sobre as *terre nuove fiorentine*. Para uma crítica radical dos limites da abordagem de Guidoni, v. Manfredo Tafuri [1ª ed. italiana 1992] – *Sobre el renascimento: principios, ciudades, arquitectos*. Madrid: Cátedra, 1995, p. 46, nota 15.

¹⁴ *Cronica Fiorentina* de Benedetto Dei. O manuscrito, em língua vulgar (toscano/italiano) e datado de 1472, conserva-se no *Arquivo di Stato* em Florença e foi transcrito e publicado pela primeira vez na íntegra em Giusepina Carla Romby (1976) – *Descrizioni e rappresentazioni della città di Firenze nel XV secolo*. Firenze: Libreria Fiorentina, pp. 40-53.

¹⁵ “ 50 piazze dentro alla città nominate”, ver nota anterior.



¹⁶ Esta, significativamente, hoje designada como Via degli Agli e já sem o antigo nome de *Piazza*.

¹⁷ Ver uma expressiva e recente referência a Alberti por parte de um estudioso experimentado como Christoph Frommel “[...] bisogna ipotizzare un progettista che riunisse capacità eccezionali in ambedue i campi e che non seguisse ciecamente un unico prototipo, una persona in grado di combinare una conoscenza eccezionale non solo degli archi trionfali ma dell’arte antica e rinascimentale in generale. L’unico artista che a quell’epoca possedesse tali qualità era Leon Battista Alberti.” (sublinhado meu); Christoph Luitpold Frommel (2008) – “Alberti e la porta trionfale di Castel Nuovo a Napoli”. *Annali di architettura. Rivista del Centro internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio*. n. 20. Vicenza: CISA, p. 29, (sublinhado meu).

¹⁸ O texto escrito antes 1450 tem duas edições críticas recentes (texto latino e italiano), *Momo o del principe*. Ed. di Rino Consolo. Genoa: Costa & Nolan, 1986 e *Momus*. Ed. Francesco Furlan e Paolo D’Alessandro. Milano: Mondadori, 2007.

¹⁹ Leon Battista Alberti [1485] – *L’architettura [De re aedificatoria]*. Trad. a cura di G. Orlandi. Milano: Il Polifilo, 1989.

²⁰ No texto latino do *Re Aedificatoria* a *piazza* quando distinta do *foro* é designada por *trivium*, um local de cruzamento de ruas mesmo que com alguma caracterização arquitetónica, prescrevendo Alberti arcadas ou edifícios com desenho nas esquinas especificamente adaptado à situação.

²¹ Evita-se aqui a expressão “cultura popular” por ter adquirido, ao longo das últimas décadas, demasiadas conotações que me parecem, aqui, de evitar.

²² De uma forma geral são frequentes os estudos (portugueses ou não) que incluem a expressão “a palavra praça deriva do latim *platea*”, mesmo que algumas variantes.

²³ A questão do significado do vocábulo latino *platea* está hoje presente em vários estudos. Para uma síntese das suas implicações nos modos de uso das formas urbanas medievais vd. Francesca Bocchi (1997) – “Lo specchio della città”. In *Lo specchio della città: Le piazze nella storia dell’Emilia Romagna*. A cura Francesca Bocchi, Bologna: L’Inchiostroblu, p. 9-77. Em Sylviane Lazard (1980) – “Grecismi dell’esarcato di Ravenna”. *Studi Romagnoli*, vol. XXXI, p. 59-74, pode-se encontrar uma análise do valor semântico da *platea* greco-latina no contexto da antiguidade tardia, da sua passagem ao vulgar italiano na idade média e o seu confronto com o *Etymologiarvm* ... de Isidoro de Sevilha.

²⁴ A *platea* distingue-se das *viae*, ruas estreitas, sem continuidade e a acabarem em becos. A distinção dos diferentes tipos de rua, hierarquicamente definidos pela língua, surge exposta por Isidoro de Sevilha no século VII: “Vicus, ut praedictum est, ipsae habitationes urbis sunt; unde et vicini dicti. Viae ipsa spatia angusta quae inter vicos sunt. [23] *Plateae perpetuae* ac latiores civitatum viae sunt, iuxta proprietatem linguae Graecae a latitudine nuncupatae;” Isidori Hispalensis Episcopi – *Etymologiarum sive originum libri XX*. Ed. W. M. Lindsay. Oxford: Clarendon Press, 1911. Para algumas precisões sobre os significados de *platea* em Isidoro de Sevilha ver Joshua Whatmough (1925) – “Scholia in Isidori etymologias Vallicelliana”. ALMA: Archivum latinitatis medii aevi, Bulletin du Cange, Vol. II, p. 57-75/134-169.

²⁵ Para uma exposição do uso da palavra em casos concretos a partir de fontes medievais, vd. Antonio Ivan Pini (1992-93) – “Le piazze medievali di Bologna”. *Annali di Architettura*. N. 4-5, p. 122-133, sobretudo p. 124.

²⁶ Um repertório de fontes dos séculos VI a XII com vários excertos pode encontrar-se em E. Guidoni (1991) – *Storia dell’urbanistica: Il Medioevo. Secoli VI-XII*. Roma-Bari: Laterza, sobretudo p. 319-385.

²⁷ Este campo de estudos, genericamente designado por iconografia/iconologia, teve um primeiro grande impulso com Aby Warburg e posteriormente com Erwin Panofsky, Fritz Saxl e Ernst Gombrich, todos membros do Warburg Institute. Para uma exposição do método iconológico-iconográfico ver Carlo Ginzburg [1966] – *Da A. Warburg a E.H. Gombrich. Note su un problema di metodo*. In idem – *Miti Emblematici. Morfologia e storia*. Torino: Einaudi, 1986, pp. 29-106, onde se encontra uma análise crítica do mesmo até hoje insuperada.

²⁸ Assinale-se que, curiosamente, são raros os casos de templos cuja estrutura material tenha subsistido como igreja sendo muitos mais frequentes os casos de basílicas ou termas como em Trier.

²⁹ Se um rápido teste de cálculo mostra como seria possível derrubar as colunas de um templo recorrendo a cordas e alguns cavalos, já a destruição de umas termas ou anfiteatro se revela impensável com esses meios.

³⁰ Quando da conquista de Florença, em 774, por Carlos Magno é referida a existência de edifício em funcionamento no local das termas e só na segunda metade do século XIII se deu a demolição das construções aí existentes para abertura da Piazza della Signoria; ver Jacopo Bruttini (2011) – “*Enclavi urbane a Firenze: il caso della famiglia Uberti*”. *Annali di Storia di Firenze*, n. VI, p. 5-35 e Giovanni Villani [1823] – *Nuova Cronica*. A cura di Giovanni Porta. 3 voll. Parma: Fondazione Pietro Bembo, Ugo Guanda, 1991.

³¹ Quando da conquista de Florença, em 774, por Carlos Magno é referida a existência de edifício em funcionamento no local das termas e só na segunda metade do século XIII se deu a demolição das construções aí existentes para abertura da Piazza della Signoria; ver Jacopo Bruttini (2011) – “*Enclavi urbane a Firenze: il caso della famiglia Uberti*”. *Annali di Storia di Firenze*, n. VI, p. 5-35 e Giovanni Villani [1823] – *Nuova Cronica*. A cura di Giovanni Porta. 3 voll. Parma: Fondazione Pietro Bembo, Ugo Guanda, 1991.

Entende-se por época comunal o período situado entre os séculos XI e XIV e que, particularmente em Itália, assumiu formas em que cada cidade soberana assumia formas de governo comunitário. A partir dos séculos XIII-XIV evoluiria para a constituição de governos senhoriais, tendencialmente dinásticos, que, num primeiro tempo, coexistiram com as instituições comunais, e, posteriormente, para a hegemonia de oligarquias familiares. Os Medici em Florença, os Gonzaga em Mântua, os Visconti e os Sforza na Lombardia (Milão), os Este em Ferrara, os Malatesta em Rimini ou os Montefeltro em Urbino foram alguns dos que, nos séculos seguintes, constituiriam centros de influência política e inovação artística. Para uma excelente exposição desta transformação ver Andrea Zorzi (2008) – *La trasformazione di un quadro politico. Ricerche su politica e giustizia a Firenze dal comune allo Stato territoriale*. Firenze: Firenze University Press, (1972) *Storia d'Italia. Vol 1: I caratteri originali*. Torino: Einaudi, (1978) *Storia d'Italia. Annali Vol. 1: Dal feudalesimo al capitalismo*. Torino: Einaudi e (1985) *Storia d'Italia. Annali Vol. 8: Insediamenti e territorio*. Torino: Einaudi. A um nível introdutório Alberto Tenenti (1996) – *L'Italia del Quattrocento. Economia e società*. Roma-Bari: Laterza.

³² Ver Enrico Guidoni (1980) – “L'urbanistica dei centri signorili”. In *Le sedi della cultura nell'Emilia Romagna. L'epoca delle signore. Le corti*. p. 91-115 e idem (1992) – “Emilia Romagna: l'industria dei centri signorili (sec. XIV-XV)”. In *L'arte di progettare la città. Italia e Mediterraneo dal medioevo al settecento*. Roma: Kappa, p. 97-109.

³³ A atual configuração da Piazza del Campodeve-se à sua sistematização no século XIV. Para além de documentação escrita do século XV fazer-lhe referência como a “piazza del mantello”.

³⁴ Não deixa de ser curioso que, hoje, não necessite de qualquer confirmação externa (documental) considerar-se uma planta em cruz latina uma associação direta ao corpo de Cristo

na cruz, quando tal esquema compositivo não resultou de uma evidência natural e imediata mas, antes, de um longo processo de vários séculos. É depois do cruzamento, adaptações e experimentações de tipologias várias – a planta basilical de três naves e a planta em cruz grega – que a cruz latina emerge já depois do século XI como uma figura que se vai tornando dominante nas grandes igrejas.

³⁵ As ruas largas e porticadas como eixos de mercado, foram um elemento recorrente especialmente nas cidades centro europeias; ver E. Guidoni (1991) – *Storia dell'urbanistica: Il Medioevo. Secoli VI-XII*. Roma-Bari: Laterza, sobretudo p. 243-286.

³⁶ Para as *bastides* francesas ver P. Lavedan (1974) – *L'urbanisme au moyen âge*. Genève: Droz e Françoise Divorne, Bernard Gendre, Bruno Lavergne, Philippe Panerai (1985) – *Les bastides d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béarn: essai sur la régularité*. Bruxelles: AAM. Sobre as cidades da Toscana ver E. Guidoni – *Arte e urbanistica ...*, op. cit. e David Friedman – *Florentine New Towns ...*, op. cit.. As cidades fundadas pelos duques de Zähringen na atual Suíça e sul da Alemanha foram objeto do estudo de Françoise Divorne (1991) – *Berne et les villes fondées par les ducs de Zähringen au XIIe siècle*. Bruxelles: AAM.

³⁷ F. Divorne – *Berne et les villes ...*, op.cit, aponta como uma das características distintivas das cidades fundadas pelos duques de Zähringen a rua-mercado, larga ligando a cidade de extremo a extremo, acrescentando, ainda, o facto de não terem praça central. A afirmação carece de alguma relativização uma vez que, como já se apontou, no contexto da cultura medieval a praça podia ser uma rua ou troço de rua. A rua “maior” de algumas cidades medievais, italianas e não só, é frequentemente chamada de “*platea magna*”, sendo, depois, transformada e delimitada nos séculos XV-XVI, como em Vigevano ou Perugia, mas os exemplos multiplicam-se na Europa; veja-se em Portugal o caso elementar de Monsaraz.

³⁸ Ver os estudos (1980) – *Storia dell'arte italiana, vol. VIII, Inchieste su centri minori*. Torino: Einaudi, sobretudo pp. XLIII-LI e 3-35 e (2004) – *L'ambizione di essere città. Piccoli, grandi centri nell'Italia rinascimentale*. A cura di Elena Svalduz. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, em particular pp. 7-44.

³⁹ Como é evidente este desejo de intervenção global ficasse muitas vezes no papel. Ainda assim casos como Pienza ou Urbânia mostram um elevado grau de execução.

⁴⁰ Ian Curtis (1979) – “Shadowplay”. In Joy Division – *Unknow Pleasures*. Manchester: Factory Records. Publicação portuguesa Ian Curtis. Joy Division. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983, p. 73.

⁴¹ Ver Luigi Salerno, Luigi Spezzaferro, Manfredo Tafuri (1973) – *Via Giulia: una utopia urbanistica del 500*. Roma: Staderini.

⁴² A Piazza della Signoria era um local de poder demasiado conotado com eventos traumáticos (execuções públicas), a Piazza del Duomo não tinha nenhum grande espaço dado a sua área estar repartida em torno da catedral e do Batistério e a *piazza* defronte do Palazzo Pitti era naturalmente um espaço de representação quase privado.

⁴³ Era o local favorito dos florentinos para o jogo do *calcio*, um antecedente remoto do futebol e do rãguebi, mencionado em fontes florentinas já no século XV.

⁴⁴ Ver Pseudo Brunetto Latini [sec. XIII] – “Cronica fiorentina compilata nel secolo XIII”. In *Testi fiorentini del Dugento e dei primi del Trecento*. A cura di Alfredo Schiaffini. Firenze: Sansoni, 1954.

⁴⁵ Entre outros encontra-se, também, documentada a participação de Alberti embora só no desenho da cúpula e da tribuna, de resto executadas com alterações ao seu desenho.

⁴⁶ Uma feliz expressão de Edmund Bacon (1967) – *Design of Cities*. New York: Penguin, 1976, p. 45.

⁴⁷ Papa entre 1458 e 1464.

⁴⁸ Ian Curtis (1980) – “Love Will Tear us Apart”. In Joy Division – *Unknow Pleasures*. Manchester: Factory Records. Publicação portuguesa Ian Curtis. Joy Division. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983, p. 93.

⁴⁹ Lembre-se que a formação superior de Alberti era como jurista e que a sua atividade principal pelo menos até 1450 foi de padre da igreja católica. A importância e o papel estruturante da formação jurídica de Alberti foi evidenciada em Ernst H. Kantorowicz [1961] – “La sovranità dell’artista”. In *idem – La sovranità dell’artista. Mito e immagine tra Medioevo e Rinascimento*. Venezia: Marsilio, 1995, p. 17-38.

⁵⁰ “Si deve al realismo illuminato dell’Alberti un tentativo di mediazione tra realtà e teoria”, M. Manieri Elia – “Città e lavoro intellettuale”, op. cit., p. 357-358.

⁵¹ *Mugnaio* = Moleiro.

⁵² Carlo Ginzburg (1976) – *Il formaggio e i vermi*. Torino: Einaudi, p. 146. Este autor põe em evidência a existência de uma origem comum entre a cultura popular e erudita no mundo medieval e a importância de uma cultura oral antiga à luz da qual a cultura letrada é vista e reformulada. Uma perspectiva diferente coloca Kantorowicz [1961], op. cit., p. 37-38, ao afirmar que “la teologia artistica rinascimentale possa aver seguito il cammino già battuto dal pensiero politico dei giuristi medievali”.

⁵³ “Spiegare queste analogie con una diffusione dell’alto verso il basso significa aderire senz’altro alla tesi, insostenibile, secondo cui le idee esclusivamente nell’ambito delle classe dominanti”, C. Ginzburg – *Il formaggio ...*, op. cit., p. 145.

⁵⁴ Mesmo que de forma não imediata e linear, é o aparecimento da imprensa e o acesso cada vez mais generalizado ao livro que, de certa forma e paradoxalmente, terá contribuído para tornar a influência cultural num fenómeno cada vez mais de sentido único: as elites a dominarem culturalmente as populações.

⁵⁵ De novo o *Re Aedificatoria* fornece um exemplo paradigmático com a descrição (livro VII, cap. XIII) dos altares das igrejas como locais destinados a reuniões para se comer, uma clara persistência de antigos costumes que, após 1550 começa a ser pouco admissível. Consequentemente essa passagem do texto encontra-se rasurada ou suprimida em vários exemplares quinhentistas ainda hoje conservados em bibliotecas espanholas e italianas; ver Javier Rivera (1991) – Prologo. In Leon Battista Alberti – *De Re Aedificatoria*. Madrid: Akal, p. 7-54.

⁵⁶ Ian Curtis (1980) – “Love Will Tear us Apart”. In Joy Division – *Love Will Tear us Apart*. Manchester: Factory Records. Publicação portuguesa Ian Curtis. Joy Division. Lisboa: Assírio e Alvim, 1983, p. 93.

⁵⁷ O próprio termo “cultura corrente” aqui utilizado deverá ser entendido de forma lata uma vez que abrange desde populações rurais até às corporações de mesteres.

⁵⁸ (58) A forma como a praça vai sendo referida nas fontes do tempo confirmam-no.